

**Valéria Ferreira Santos de Almada Lima**  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Esta edição da Revista de Políticas Públicas, v.17, n.2, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão tem como foco um tema atual e bastante controverso no meio acadêmico: A QUESTÃO DO NEODESENVOLVIMENTISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: o debate contemporâneo.

Tal debate nasce mais precisamente no início do século XXI, em um contexto em que os países da América Latina, grande parte deles sob o comando de governos progressistas, oriundos de partidos de esquerda, vivenciavam uma inflexão marcada pela associação entre a retomada do crescimento econômico, favorecida por um contexto internacional favorável, e a melhoria dos indicadores sociais, sobretudo aqueles relacionados ao mercado de trabalho, à pobreza e à desigualdade.

De fato, enquanto entre 1990 e 2002, como resultado das políticas de ajuste estrutural de orientação neoliberal (inspiradas no Consenso de Washington), a taxa média de desemprego na América Latina tinha aumentado de 4,5% para 11,1%, no período de 2003 a 2010, pela primeira vez em duas décadas o desemprego diminuiu na região e os salários mínimos nacio-

nais aumentaram. Além disso, os trabalhadores assalariados formais passaram de 65,2% em 1990 para 69,0% em 2010 e os trabalhadores informais, inseridos nos setores de baixa produtividade, diminuíram de 48,1% em 1990 para 42,7% em 2009. (LIMA et al, 2013)

Paralelamente, em 1999, 43,4% da população latino-americana se encontravam em situação de pobreza e até inícios dos anos 2000 os momentos de crescimento econômico não só não implicaram em progressos significativos na redução da pobreza e da desigualdade como resultaram no agravamento dos índices de extrema pobreza. Por outro lado, a partir de 2003, assistiu-se a uma queda sistemática dos índices de pobreza e de indigência, alcançando-se, em 2012, uma redução de 15 e 7 pontos percentuais, respectivamente, em relação aos percentuais alcançados em 1999. Ademais, embora a América Latina continue figurando como uma das regiões mais desiguais do mundo, a partir de 2002, o coeficiente de Gini experimentou uma queda na grande maioria dos países da região. (LIMA et al, 2013)

Particularmente no Brasil, o processo de reestruturação produtiva, aliado às políticas neoliberais, acarretou uma desestruturação do mercado de trabalho em direção à precarização e ao agravamento do desemprego e da

informalidade, que já se constituía em marca histórico-estrutural do país. Com efeito, a taxa de desemprego saltou de 5,0% em 1989 para aproximadamente 10,0% no final da década de 1990. Ademais, neste período, de cada dez postos de trabalho criados, somente dois eram assalariados, porém sem registro formal. (LIMA, 2013a, p. 175). Por outro lado, sobretudo a partir de 2004, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro passou a experimentar um crescimento mais vigoroso, tendo atingido a taxa de 5,4% no ano de 2007, propiciando a geração de 11,010 milhões de postos de trabalho formais no período de janeiro de 2003 a setembro de 2008. Consequentemente, o nível de ocupação total cresceu 16,8% entre 2001 e 2007, observando-se que o crescimento dos postos de trabalho protegidos foi maior que a variação do total de ocupados, provocando uma queda no grau de informalidade que, em 2007, atingiu o menor nível da década, correspondente a 50,9%. (LIMA, 2013a, p. 176)

No tocante aos índices de pobreza, entre 1995 e 2008 saíram da pobreza extrema (rendimento médio domiciliar per capita de até um quarto do salário mínimo mensal) 12,5 milhões de pessoas, fazendo reduzir quase à metade o percentual de pessoas vivendo nessas condições (de 20,9% para 10,5%). Ao mesmo tempo, a taxa de pobreza absoluta (rendimento médio domiciliar per capita de até meio salário mínimo mensal) experimentou um recuo de 43,4%, em 1995, para 28,8%, em 2008. Além da diminuição da pobreza absoluta e da pobreza extrema, entre 2001 e 2007 o coeficiente de Gini, uma das medidas mais tradicionais de desigualdade, caiu sete pontos percentuais, embora o Brasil ainda ocupe uma das piores posições no ranking dos países mais desiguais do mundo. (LIMA, 2013a, p. 178)

Há que se reconhecer que todas essas mudanças expressas na melhoria dos indicadores sociais resultaram da retomada do crescimento econômico, acompanhada de políticas distributivas que possibilitaram a incorporação de parcela significativa da população latino-americana a novos padrões de consumo, promovendo, assim, a expansão e dinamização dos mercados internos. Dentre estas políticas, destacam-se os programas de transferência de renda e a valorização dos salários mínimos nacionais.

Especificamente no Brasil, merecem ainda destaque a retomada dos investimentos públicos, viabilizada pelo Plano de Aceleração do Crescimento, e o reforço aos Bancos Públicos para atender às necessidades de capital de giro das empresas, fortalecer os investimentos em infraestrutura e apoiar a reestruturação pa-

trimonial dos grandes grupos econômicos privados atuantes no país. Ademais, cumpre ressaltar as políticas anticíclicas de cunho fiscal e monetário acionadas pelo governo federal em resposta ao aprofundamento da crise em âmbito internacional no ano de 2008.

Mas essa importante e não desprezível inflexão experimentada pela maioria dos países latino-americanos e, em especial pelo Brasil, seria suficiente para se vislumbrar a ruptura com o neoliberalismo e a emergência de um novo-desenvolvimentismo? Com vistas a me posicionar nesse debate, arrisco a afirmar que não. Isto porque não mudou o sentido geral que orienta o padrão de regulação econômica e social do capitalismo no atual contexto de mundialização do capital, de financeirização da economia e de predomínio de um regime de acumulação flexível. Trata-se de assegurar as condições de flexibilidade necessárias ao atual processo de reorganização capitalista e compensar os efeitos perversos da globalização dos mercados e da busca de eficiência e de competitividade a qualquer preço. (LIMA, 2013b, p.188)

Tal padrão de regulação se traduz, no plano econômico, em primeiro lugar, em uma política macroeconômica que prioriza a estabilização monetária e o equilíbrio orçamentário, que resultou na privatização de empresas estatais e de importantes serviços sociais, a exemplo da saúde, da educação e da previdência. Em segundo lugar, mas não menos importante, sobressai o reforço à competitividade e à inserção da economia nacional na nova ordem mundial globalizada, por meio de medidas tais como: a desregulamentação dos mercados, a redução e a flexibilização dos custos trabalhistas, dentre outras.

Por outro lado, no plano social, esse padrão de regulação substitui as “políticas de integração” de cunho universalista e distributivo pelas chamadas “políticas de inserção”, de caráter residual, focalizadas nos segmentos sociais mais vulneráveis, destacando-se dentre estas os Programas de Transferência de Renda Condicionada em desenvolvimento na América Latina a partir da década de 1990 e, sobretudo, nos anos 2000. Inspirados na Teoria do Capital Humano, tais programas, que constituem hoje o núcleo duro da proteção social na região, pautam-se na lógica do reforço às capacidades individuais para a superação do ciclo intergeracional da pobreza, cujo horizonte é a promoção da igualdade de oportunidades tão cara à tradição liberal.

Pode-se depreender, portanto, que esse padrão de regulação em voga nos países capita-

listas centrais a partir da virada dos anos 1970 para os 80 e apropriado pela periferia latino-americana, sobretudo, nos anos 1990 permanece intacto em sua essência quando comparado com a agenda proposta pelos ideólogos do novo-desenvolvimentismo, com algumas mudanças secundárias. Dentre estas se podem destacar: uma maior intervenção do Estado na economia, no sentido de corrigir as falhas do mercado, o que não significa necessariamente ruptura com os fundamentos centrais do neoliberalismo, já que, como ressalta Polanyi (1980, p. 152), o liberalismo econômico e o intervencionismo estatal não são mutuamente excludentes; medidas de cunho distributivo e de ampliação do crédito ao consumo das famílias, com vistas à ampliação e dinamização do mercado interno, o que não se traduz em superação do caráter essencialmente residual e compensatório do padrão vigente de proteção social e nem em mudança na forma de repartição do fundo público, destinado prioritariamente para à remuneração das frações rentistas do capital.

Isso posto, convido o leitor a participar desse debate contemporâneo, mediante o acesso a este rico material que compõe o volume 17, número 2 da Revista de Políticas Públicas. Dentre os artigos que constituem o dossiê temático, um primeiro conjunto discute mais diretamente os fundamentos das propostas “neodesenvolvimentistas”, inserindo-se aqui o artigo intitulado “O Novo Desenvolvimentismo e a Nova Face das Políticas Compensatórias” que, tomando como referência a realidade brasileira, destaca a ampliação e a centralidade das políticas assistenciais como mecanismo de gestão da pobreza, sob a égide do ideário do novo-desenvolvimentismo. Também compõe este conjunto o artigo “Políticas Sociales y Proyecto de Sociedad: crisis, neoliberalismo y reconfiguración “neodesarrollista” em Argentina em El siglo XXI”. Este tem como foco a reconfiguração da matriz de desenvolvimento vigente na Argentina, como resultado do aprofundamento da crise e dos conflitos sociais a partir de 2001-02, identificando a presença de inflexões e continuidades neste momento de recomposição hegemônica, o qual alguns autores denominam de “fase pós-neoliberal neodesenvolvimentista”.

Há um segundo bloco de artigos, que se faz predominante, mais voltado para a discussão dos resultados da implementação do ideário “neodesenvolvimentista” em algumas áreas específicas de políticas públicas. Neste bloco se situa o artigo “O Estado “Financeiramente Forte” do Novo-Desenvolvimentismo: custos e

benefícios da “mão visível””, o qual, partindo da ideia de “Estado financeiramente forte”, proposta por Luís Carlos Bresser Pereira, busca avaliá-la a partir dos resultados reais obtidos pela Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, considerada uma das principais materializações dessa ideia. Já o artigo “Neodesenvolvimentismo e Comunidades Quilombolas: uma questão ausente?” analisa os impactos do neodesenvolvimentismo no campo brasileiro e no campesinato, em particular sobre as comunidades quilombolas. O artigo “O Desenvolvimento e as Desigualdades nos Municípios Maranhenses: do desenvolvimento ao neodesenvolvimentismo”, por seu turno, desenvolve uma análise sobre o nível de desenvolvimento dos municípios maranhenses a partir do cálculo do Índice de Desenvolvimento Municipal, tomando como recorte temporal os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010. O artigo “Consequências do Neodesenvolvimentismo Brasileiro para as Políticas Públicas de Crianças e Adolescentes: reflexões sobre a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte”, como o título já indica, analisa o processo vivenciado na cidade de Altamira, no Pará, com a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, com o foco específico na sua incidência nas políticas públicas para crianças e adolescentes.

Por último, um terceiro conjunto de artigos aborda de forma indireta o tema proposto no dossiê desta edição, tangenciando-o através da análise de áreas de intervenção importantes que compõem a agenda “neodesenvolvimentista”. Enquadram-se neste bloco dois artigos: o primeiro, intitulado “O Apoio do Estado ao Empreendedorismo Inovador: a experiência do Prime no Brasil”, que analisa a experiência de implementação do Programa Primeira Empresa Inovadora no âmbito da coordenação realizada pelo Parque Tecnológico da Paraíba, localizado no município de Campina Grande, com destaque para os discursos, processos e práticas desenvolvidos, além de suas repercussões nos negócios dos empreendedores beneficiados; o segundo, intitulado “Infraestrutura Portuária, Dinâmica das Exportações e Crescimento Econômico Brasileiro: uma análise empírica para o período de 2006 a 2011”, que analisa teórica e empiricamente o papel dos portos no crescimento das exportações e do PIB no Brasil.

O presente número da Revista de Políticas Públicas contém ainda, na sessão destinada a temas livres, um conjunto de artigos predominantemente voltados para a análise e avaliação de políticas públicas situadas em diversas áreas. São eles: “Avaliação dos Serviços de

Saúde na ótica dos usuários”; “Política Habitacional e o capital Privado em Presidente Prudente-SP”; “Planificación y Desarrollo Territorial em la Provincia de Buenos Aires: el rol del Consejo de Planificación Regional de Educación Superior em la implementación de políticas educativas”; “Responsabilidade Solidária: um importante instrumento para as políticas públicas ambientais”; Avaliação de Políticas Públicas: uma análise do Programa De Volta Para Casa”; “Entre o Público e o Privado: reflexões sobre o significado das Entidades Beneficentes no contexto do SUAS”; e “Sexualidade e Reprodução como Direitos das Pessoas com Deficiência Intelectual e suas Interfaces com as Políticas Públicas Nacionais de Educação e Saúde: lacunas e possibilidades”.

Finalmente, os leitores são brindados com uma instigante e valiosa entrevista realizada por Raquel Raichelis, professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC de São Paulo, com Rodrigo Castelo, graduado em economia pela UFRJ, doutor em Serviço Social pela UFRJ e professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), que assume claramente uma postura crítica em relação ao que denomina de “ideologia do novo-desenvolvimentismo”. Adotando também uma perspectiva crítica ao que intitula de “uma nova ilusão de desenvolvimento”, Franci Gomes Cardoso, doutora em Serviço Social pela PUC de São Paulo e professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, enriquece o debate aqui proposto com a resenha do livro “Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil” publicado pela Cortez Editora em 2010, de autoria de Marcio Pochmann, graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas, Professor Livre Docente da Universidade Estadual de Campinas e um dos intelectuais difusores das ideias e propostas do novo-desenvolvimentismo, situado na vertente auto-intitulada de “social-desenvolvimentismo”.

Com este conjunto de trabalhos, a Revista de Políticas Públicas pretende fomentar o debate em torno do tema proposto no seu dossiê e de outros tão atuais e relevantes para o destino das políticas públicas na contemporaneidade.

Boa leitura!

## REFERÊNCIAS

LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. Mercado de trabalho, pobreza e desigualdade no Brasil. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org.). POBREZA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA. São Luís: EDUFMA, 2013 a.

LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. Apresentando referências de fundamentação das experiências de pesquisas avaliativas. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). PESQUISA AVALIATIVA: aspectos teórico-metodológicos. ed. 2. São Paulo: Veras Editora; São Luís, Ma: GAEPP (Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza), 2013 b.

LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada et al. Contextualização socioeconômica e política do surgimento e desenvolvimento dos PTRCs na América Latina e Caribe. In: VI JORNADA DE INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6., 2013, São Luís. Anais... São Luis: UFMA/ PPGPP, 2013.

POLANYI, Karl. A grande transformação. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

### **Valéria Ferreira Santos de Almada Lima**

**Economista**

Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão

Professora do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

E-mail: neval@elo.com.br